

RESUMO/ ABSTRACT

A HISTÓRIA AFRICANA NO ENSINO SUPERIOR PORTUGUÊS (2002-2006)

O presente texto possui como principal objetivo debater a abordagem dos estudos africanos nos cursos de Licenciatura em História em Portugal. Perante um quadro migratório com acentuada presença de africanos e marcado pelas recentes relações históricas com alguns países daquele continente, parece certo que o tratamento adequado aos estudos africanos nos cursos de História responderia a uma necessária mudança nos conteúdos escolares e nos conhecimentos construídos e divulgados sobre o passado/presente africanos. Tal mudança, conseqüentemente, poderia redefinir o lugar imaginário ocupado pela África nos cenários mentais em Portugal.

Palavras-chave: história africana; ensino superior em Portugal; africanos; imaginário.

AFRICAN HISTORY IN PORTUGUESE HIGHER EDUCATION

This paper has as main objective to discuss the approach to African studies in undergraduate courses in History in Portugal. With a recent history marked by a migratory framework of the presence of Africans, and still connected by the recent relations with some countries of that continent is certain that the proper treatment to African studies in History courses answer to a necessary change in the school curriculum and the knowledge constructed and disseminated on the past and present African. Therefore it could occur a redefinition of the place occupied by African imagery in mental scenarios in Portugal.

Keywords: African history; courses of history in Portugal; Africans; imaginary.

A HISTÓRIA AFRICANA NO ENSINO SUPERIOR PORTUGUÊS (2002-2006)

Anderson Ribeiro Oliva

Professor Doutor do Departamento de História
Universidade de Brasília-UnB, Brasília-DF
oliva@unb.br

Nas últimas décadas podemos identificar em Portugal os sinais de um imaginário construído sobre a África ligado mais fortemente à memória da colonização, ao aumento do número de imigrantes africanos e seus descendentes (lusó-africanos ou afro-lusitanos) e aos ingredientes do mundo contemporâneo português – como a inserção na União Europeia e as questões do desemprego e da violência urbana dos dias atuais¹. Assim, as difíceis condições de vida encontradas neste país ibérico pelos imigrantes africanos, os setores da economia e das atividades laborais a eles reservados e o ressurgimento de ondas de racismo e xenofobia na Europa em relação às minorias e aos estrangeiros – oriundos da África, Ásia e América Latina, principalmente – passaram a compor não somente o cotidiano desses indivíduos, mas também deram contorno às representações geradas sobre os africanos no imaginário português².

Apesar de essas leituras não estarem equivocadas, não podemos ignorar que às imagens e identidades contemporâneas fomentadas sobre e pelos africanos associam-se também outros elementos.

¹ Este texto, com modificações, é parte do quinto capítulo de minha tese de doutorado: ver OLIVA, 2007, p. 198-257. O trabalho de investigação recebeu apoio financeiro da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes). Uma versão deste texto também foi apresentada no Congresso “Portugal e os PALOP: Cooperação na Área da Educação”, ocorrido em Lisboa, entre os dias 29 e 30 de março de 2010, e foi encaminhado para publicação nos anais do evento.

² Ver, acerca das questões tratadas acima, os seguintes trabalhos: PIRES, 1999, p. 197-211; MARTINS, 1996, p. 75-90, e 2002, p. 71-90; LAGES, 2006; e OLIVA, 2009, p. 32-51.

As notícias históricas, os estereótipos negativos, os preconceitos e as desinformações sobre a África e suas populações, inclusive àquelas que se encontram na condição gerada pelas diásporas que tocaram o continente, construídas em um intervalo temporal extenso (que se aprofunda mais de quatro séculos no passado) também deixaram seus resquícios. Assim, as fórmulas mentais e as práticas relacionais cotidianas que envolvem os contatos entre os africanos e os *Outros*, ou, neste caso, entre os portugueses e os *Outros*, estão embebidas pelas marcas do desprestígio, dos preconceitos e da invisibilidade histórica³.

A partir do quadro descrito, podemos tecer a seguinte sequência de inferências: tendo em vista a crescente presença de africanos e seus descendentes nas cidades, postos laborais, escolas e universidades portuguesas; levando em consideração o indiscutível lugar ocupado pela historiografia africana e africanista nos debates epistemológicos e de reflexão histórica; e, por fim, defendendo o argumento de que a presença quantitativa e qualitativa dos estudos africanos nas escolas, instituições de formação de professores de História e centros de pesquisa em Portugal pode ser um instrumento fecundo de desconstrução das práticas sociais nocivas anteriormente citadas, o presente texto possui como principal objetivo apresentar os resultados obtidos por uma investigação sobre a abordagem dos estudos africanos no Ensino Superior português entre 2002 e 2006. Parece-nos certo que a abordagem da história africana nas Licenciaturas, nos cursos de Pós-Graduação e nos centros de investigação, responderia a uma necessária mudança nos conteúdos escolares, nos conhecimentos construídos e divulgados sobre o passado e o presente africanos e, conseqüentemente, a uma redefinição do lugar imaginário ocupado pela África nos cenários mentais em Portugal.

Imigração, identidades refletidas e os imaginários sobre os africanos em Portugal⁴

Segundo os dados obtidos pelo Alto Comissariado para Imigração e Minorias Étnicas⁵ (ACIME), em 2004, existiam mais de 140 mil imigrantes de origem africana vivendo legalmente em Portugal. Somam-se a esse número os milhares de jovens e adultos que compõem as gerações de luso-africanos ou de afro-lusitanos nascidas das primeiras levas de imigrantes que chegaram ao país na década de 1970 e outros milhares de indivíduos que se encontram(vam) na ilegalidade (no que se refere à condição de permissão de permanência no país). O maior contingente desses imigrantes contabilizados em 2004 era composto por caboverdianos (64.164 – 14,3%), seguidos por angolanos (35.264

³ Como o artigo não abordará as composições imaginárias sobre os africanos formuladas em outros momentos dessa trajetória de representações, consultar os seguintes trabalhos: HENRIQUES, 2004, p. 47-60; OLIVA, 2009, p. 33-48.

⁴ Versão anterior e modificada dessa parte do texto foi publicada no seguinte artigo: OLIVA, 2009.

⁵ Em 2007 substituído pelo Alto Comissariado para Imigração e Diálogo Intercultural.

– 7,9%), guineenses (25.148 – 5,6%), são-tomenses (10.483 – 2,3%) e moçambicanos (5.010 – 1,1%) (ALTO COMISSARIADO PARA IMIGRAÇÃO E MINORIAS ÉTNICAS, 2005, p. 9-11). Segundo as pesquisas censitárias, a maioria dos africanos residentes em Portugal ainda se enquadrava em perfis profissionais, de rendimento e de qualificação que suscitavam a composição de condições muitas vezes dramáticas para sua permanência naquele país ou para obtenção, de fato, de melhores condições de vida. Apesar disso foram percebidas algumas melhoras no que se refere aos locais de residência, se comparadas às condições encontradas no início da década de 1980 (PIRES, 1999, p. 208).

De acordo com os dados do Recenseamento Geral da População de 2001, 12,6% dos africanos oriundos dos PALOP eram analfabetos, 11,2% sabiam ler e escrever, mas não tinham nenhum nível de escolaridade, 58,8% possuíam o ensino básico, 13,8% o ensino secundário ou médio, e, 3,7% o ensino superior (ALTO COMISSARIADO PARA IMIGRAÇÃO E MINORIAS ÉTNICAS, 2005, p. 15). Outro dado relevante é o que aponta para o número de estudantes oriundos desses países africanos matriculados nas escolas portuguesas⁶. Para o ano escolar de 2002-2003, eles somavam 38.605 alunos cursando os mais diversos seguimentos escolares portugueses (eram 15.247 angolanos, 13.070 cabo-verdianos, 5.033 guineenses, 3.112 são-tomenses e 2.143 moçambicanos). Somente no 3º ciclo da educação básica – correspondente ao 7º, 8º e 9º anos – eram 13.784, no ano letivo 2003-4 (MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO, 2006, p. 16-22).

É bastante plausível que, com o convívio acentuado de um contingente tão significativo de africanos e afro-portugueses – vivendo principalmente no eixo Centro-Sul do país –, novos estereótipos tenham aparecido, e alguns dos velhos tenham se fortalecido, como ingredientes ativos da composição do imaginário português sobre os africanos do final do século XX e início do XXI (ROCHA-TRINDADE, 2003, p. 178). De acordo com o pesquisador português Manuel Gonçalves Martins, os fluxos migratórios para Portugal “facilitaram e fortaleceram as idéias e as convicções segundo [as quais] os empregos, os costumes, e até toda a cultura dos portugueses estavam e estão em perigo”, fazendo com que se criasse um quadro favorável para o “aparecimento e fortalecimento do racismo e da xenofobia” (MARTINS, 2002, p. 82). Às posturas mentais relacionadas às intolerâncias raciais e culturais associaram-se outros mecanismos de discriminação, retirados de um acervo maior de imagens elaboradas sobre os africanos.

Na verdade muitos portugueses tiveram e têm preconceitos, atitudes e comportamentos discriminatórios (pensaram e pensam mal, negaram-se e negam-se a dar trabalho, a arrendar casa, a deixar casar seus filhos, etc.), principalmente contra alguns grupos étnicos existentes em Portugal (ciganos e pretos). Muitos portu-

⁶ Sobre o desempenho escolar de parte desses estudantes, ver o seguinte trabalho: MACHADO, MATIAS e LEAL, 2005, p. 695-714.

gueses consideraram (e ainda consideram) de “forma instintiva” (...) os pretos, pessoas preguiçosas e porcas (MARTINS, 2002, p. 82-3).

Em outra reveladora investigação, também patrocinada pelo ACIME, publicada em 2006 e intitulada *Imigrantes e a população portuguesa: imagens recíprocas*, podemos observar a relevância adquirida por esses novos elementos na construção das imagens sobre os africanos. Nesse caso, alguns dados devem ser mencionados e nos auxiliam a fechar esse panorama parcial do imaginário contemporâneo português. A pesquisa revelou que apenas 29% do total de entrevistados classificavam os africanos como “bons profissionais”. No quesito “competência”, esse índice caiu para 26%, e apenas 24% diziam ser eles “sérios e honestos”, contra o percentual de 40%, 43% e 40% quando a pergunta era sobre a imagem do português construída pelo próprio português (LAGES, 2006, p. 250).

Já acerca dos possíveis “desvios sociais” praticados por um determinado grupo – para nos prendermos a terminologia empregada pela pesquisa – os africanos foram associados à violência e ao tráfico de entorpecentes nas principais cidades portuguesas. Neste caso, 64,8% dos entrevistados relacionou os africanos à violência, e 54,8% ao tráfico de drogas (LAGES, 2006, p. 250).

Condensado em dados estatísticos ou não, o imaginário atual português acerca do continente africano e de suas populações está carregado por dois grandes conjuntos de imagens. O primeiro ainda refere-se à experiência colonial, no qual se prioriza a perspectiva da história dos portugueses em África, seja na fase mítica dos “Descobrimentos” dos séculos XV e XVI, seja na fase, digamos, empírica, da montagem do “Império Colonial” dos séculos XIX e XX. Mas, especificamente nestes últimos dois séculos, a partir de uma perspectiva eurocêntrica, o português aparece como único agente efetivo da história e cabe a ele a ação civilizadora e modernizadora dos africanos (escravos, indígenas, colonizados, atrasados e primitivos), submersos na mancha dos estereótipos e estigmas. Antes pensados como indivíduos submetidos ao trabalho escravo, compulsório e desqualificado, e, agora, confundidos com a figura da mão-de-obra mal remunerada e pouco qualificada, os africanos, distantes na dimensão temporal em escala recente ou longínqua, se confundem com as seguintes imagens: seres incompetentes e pouco confiáveis; “preguiçosos por natureza”; mão-de-obra desqualificada e mal remunerada; baixo nível social e educacional; estando associados também às condições de moradia precárias; à violência urbana; ao uso e tráfico de drogas.

De acordo com a pesquisadora brasileira Neusa Maria de Gusmão, que desenvolveu revelador trabalho acerca dos jovens e crianças africanas em Portugal, construiu-se naquele país, ao longo das últi-

mas décadas, uma nova categoria para definir o significado de “africano”. Resultante de um conjunto de idéias oriundas do imaginário do próprio período colonial, da traumática guerra em África e dos olhares daqueles que, sendo integrantes da União Européia, se vêem em condição privilegiada, ao mesmo tempo em que se sentem invadidos pelas levas de imigrantes africanos que buscam a Europa, essa “nova” categoria de africano se desdobra em dois sentidos, digamos assim, não tão novos. Nesse caso, para o português contemporâneo, o africano “se torna sinônimo de negro”, e o negro se confunde com o africano. Por outro lado, ser africano em Portugal significa também ser imigrante, estrangeiro e pobre. “As categorias se cruzam e o quotidiano se conflita” (GUSMÃO, 2004, p. 111). Mesmo que a noção de “imigrante, estrangeiro e pobre” seja também atribuída a indivíduos de outras nacionalidades, como os brasileiros e os ucranianos, aos africanos ainda compete uma classificação diferenciada.

Se o africano próximo – residente em Portugal – é caracterizado por essas imagens, o imaginário sobre os africanos na África e sobre o próprio continente é definido a partir de uma série de marcos característicos. Por um lado, é um mundo marcado por guerras, massacres, violência, corrupção, fome, doenças, tragédias, desorganização e atraso econômico, apesar dos esforços de cooperação europeia, inclusive portuguesa, apontando para a falência gerencial e suposta incapacidade africana de autogestão. A esses cenários juntam-se aqueles de uma África Portuguesa perdida em um tempo quase mítico, seja o das Grandes Navegações, seja o período colonial, do qual muitos nutrem um sentimento de nostalgia e saudades⁷.

Ao mesmo tempo, em meio a esses imaginários, as comunidades de imigrantes e seus descendentes, parcela sensível da juventude lusa, dos residentes de alguns bairros e dos matriculados em determinadas escolas portuguesas vêm participando ativamente da tarefa de (des)construção desse espelho identitário. A partir do emprego de diversos instrumentos de autoafirmação e da construção positiva de suas identidades, negando, se apropriando e reinventando os ingredientes anteriormente apresentados, eles têm se esforçado em (re)definir seus lugares na sociedade e no imaginário português. Como nos lembra o teórico indiano Homi Bhabha, o processo de “identificação nunca é uma afirmação de uma identidade pré-dada, (...) é sempre a produção de uma imagem e a transformação do sujeito ao assumir aquela imagem”. Neste caso “ser para o Outro implica a representação do sujeito na ordem diferenciadora da alteridade”, e é justamente “o retorno de uma imagem de identidade, que traz a marca da fissura no lugar do Outro” (BHABHA, 2003, p. 76).

Compete saber se a abordagem dos estudos africanos no Ensino Superior português tem cooperado neste sentido, sempre partindo do princípio que o tratamento adequado – em termos quan-

⁷ Acerca da temática, ver o seguinte trabalho: OLIVA, 2007, p. 91-134.

titativos e qualitativos – da História da África permitiria a construção de novos significados sobre o passado e o presente daquele continente, assim como serviria como um reforço positivo para os milhares de jovens africanos ou afro-portugueses que diariamente se sentam nos bancos escolares e universitários em Portugal.

O lugar da África no ensino superior em Portugal

Em nosso esforço de identificar os ingredientes e espaços que contribuíram para a fabricação das imagens sobre a África e os africanos, não podemos deixar de lançar nossos olhares sobre o lugar ocupado pelos estudos africanos nas universidades portuguesas, principalmente nas Licenciaturas em História, nos cursos de Pós-Graduação e nos centros de investigação ao longo do recorte temporal eleito pela pesquisa.

A realidade do ensino superior em Portugal, em relação à abordagem dos estudos africanos, era (é) marcada por um significativo esquecimento, quebrado apenas em alguns poucos momentos. A grande maioria dos cursos de Licenciatura em História não dedicava espaços específicos para o tratamento dos estudos africanos. Para nossa observação, selecionamos 16 cursos que eram ofertados por 15 universidades portuguesas⁸. Estes se subdividiam da seguinte maneira: Licenciatura em História (doze cursos); Licenciatura em Ensino da História (três cursos); e, Licenciatura em Estudos Africanos (um curso). Dessas licenciaturas observadas⁹, apenas duas (13% do total), traziam em suas grades curriculares – disciplinas obrigatórias ou optativas – que tratavam exclusivamente da história ou de outras temáticas africanas (ver Anexo I).

Encontramos apenas uma experiência em nível de licenciatura caracterizada por conceder ao continente africano a sua própria proposta formativa, que é o caso da Licenciatura em Estudos Africanos, da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa (FLUL). Por sua própria abordagem formativa, ela transcendia em muito, obviamente, ao número de uma disciplina ofertada sobre a temática, sendo encontradas entre seus anos letivos mais de 15 “cadeiras” obrigatórias que versavam sobre linguística, antropologia, sociologia, religiões e história africanas. Na Licenciatura em História da Universidade Aberta, também foram identificadas várias disciplinas versando sobre a História da África, no entanto, elas não eram ofertadas como obrigatórias se localizando em um dos campos de especialização possíveis de serem trilhados pelos estudantes. Dois cursos apresentavam matérias pouco específicas em relação aos estudos africanos, mas que, de alguma forma, sinalizavam para algum tipo de

⁸ O quadro referente à distribuição das Licenciaturas e das Universidades se encontra no Anexo I.

⁹ As grades curriculares de grande parte desses cursos sofreram alterações com as adequações vivenciadas no Ensino Superior português pela adesão ao Processo de Bolonha.

abordagem do continente africano. Foram os casos das Licenciaturas em História da Universidade Autónoma de Lisboa, com a disciplina *História dos Países de Língua Portuguesa*¹⁰, e da Universidade Lusófona de Lisboa, com a disciplina *Ásia, África e América Pré-Colonial*.

As outras licenciaturas, sem exceção, optaram por trabalhar com disciplinas que concedessem enfoque à “História dos descobrimentos e da Expansão portuguesas”. Na realidade, das 16 Licenciaturas observadas, 15 possuíam uma ou duas disciplinas tratando a questão, com diversas nomenclaturas: *História da Expansão Portuguesa*; *História dos Descobrimientos e da Expansão Portuguesa*; *História dos Descobrimientos*; *História da Colonização*; *Portugal e os Descobrimientos (Ásia, África e América)*. Já a disciplina *História dos Portugueses em África*, aparecia nas grades curriculares das Licenciaturas em História da Universidade do Porto e da Universidade Nova de Lisboa¹¹ (ver gráfico 1).

Licenciaturas em História, Ensino da História e Estudos africanos - (Total 16)

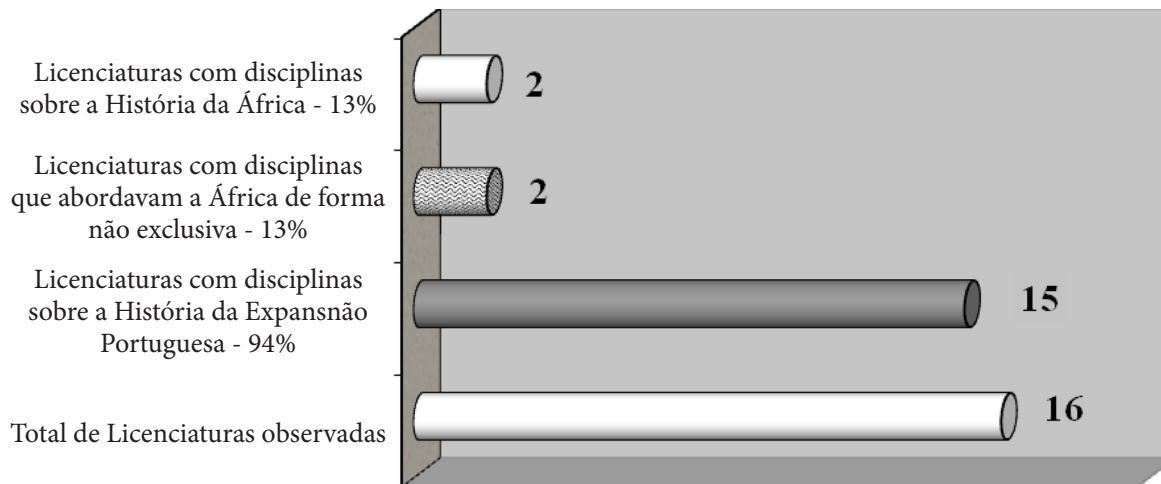


Gráfico 1 (levantamento efetuado pelo autor)

¹⁰ A Universidade Aberta também oferecia uma disciplina similar a esta, denominada *História dos Países de Língua Oficial Portuguesa*.

¹¹ Ver também as reflexões presentes no seguinte artigo: TORGAL, 1996, p. 368.

Percebe-se, assim, que na formação de profissionais em História, existe uma espécie de continuidade entre a perspectiva de abordagem da história africana e as imagens da África que circulam no próprio universo mental português. Com uma ou duas exceções, para grande parte de seus centros de formação de historiadores, o que interessa é a história da expansão marítima lusitana dos séculos XV e XVI, ou, a história da presença dos portugueses em África. Ou seja, de forma multidirecional percebemos uma conexão de prioridades entre as representações formuladas sobre os africanos no imaginário coletivo português e as escolhas de temas e objetos a serem estudados nas graduações em História em Portugal.

De forma um tanto ambígua, se comparada ao quadro anteriormente descrito, iremos encontrar um campo razoavelmente favorável às investigações sobre o continente e as sociedades africanas na área da pós-graduação em Portugal. Talvez, a diferença de interesses possa ser explicada pelo aspecto relacional de proximidade dos objetivos apresentados na formação de licenciados em História e as exigências legais em termos dos currículos escolares portugueses. Ou ainda, pelo fato de que, grande parte dessas pesquisas pós-graduadas seja realizada em outras áreas que não a História. Nossa pesquisa identificou pelo menos nove cursos de mestrado ou doutorado, ofertados por oito universidades diferentes que possuíam como temática principal os estudos africanos. No entanto, é preciso esclarecer que a grande maioria desses cursos se desenvolvia vinculada muito mais às áreas ligadas à Administração, Gestão, Economia e Ciências Sociais, do que à História.

Na realidade, apenas o pioneiro *Programa de Estudos Pós Graduated em História de África* (Mestrado e Doutorado), ofertado pela Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa (UL), é conceitual e estruturalmente ligado à História. O *Doutorado e Mestrado em Estudos Africanos* (Análise e Gestão do Desenvolvimento Social e Econômico), ligado ao Centro de Estudos Africanos, do Instituto Superior das Ciências do Trabalho e das Empresas (ISCTE), e a *Pós-Graduação em Estudos Africanos e do Desenvolvimento*, da Universidade Católica Portuguesa (UCP), concentram-se, ou concentravam-se, na perspectiva da Cooperação, Gestão e Desenvolvimento. Os *Mestrados em Estudos Africanos*, da Universidade do Porto (UP) e da Universidade Técnica de Lisboa (UTL), possuem perfis multidisciplinares voltados às Ciências Sociais. Já o *Mestrado em Estudos Africanos*, da Universidade de Coimbra, concentrava seus recortes na Antropologia Social e Cultural. O *Mestrado em Estudos Africanos*, da Universidade Nova de Lisboa (UNL), concentrava suas disciplinas na área das Ciências Humanas. E, por fim, o Centro de Estudos Multiculturais da Universidade Independente, ofereceu entre os anos letivos de 2002-2003 e 2003-2004, uma *Pós-Graduação em Estudos Angolanos: Cultura, Economia e Sociedade*. Compete lembrar que alguns desses cursos começaram a funcionar na década de 1990; já outros, apenas nos últimos anos, sendo que encontramos casos nos quais novas turmas não foram abertas ou de turmas que contam com uma grande ou pequena matrícula de estudantes, dependendo da temática elencada.

Fora os cursos citados, pudemos localizar outras pós-graduações que possuíam componentes curriculares ligados aos estudos africanos, mesmo que suas áreas de concentração não versassem sobre a África. São os casos do Mestrado em Estudos Portugueses, com especialização em Literaturas e Culturas dos países africanos de expressão portuguesa, da Universidade Nova de Lisboa; o Mestrado em Desenvolvimento e Cooperação Internacional, do Instituto Superior de Economia e Gestão (ISEG); o Curso Conducente ao Mestrado em Estudos Africanos, do Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas (ISCSP); o Mestrado em Espaço Lusófono, da Universidade Lusófona; e, por fim, a Pós-Graduação em Relações Internacionais, da Universidade Lusíada, que conta com uma área específica de estudos africanos.

Percorrendo o banco de trabalhos acadêmicos dessas instituições, percebemos que a produção científica de teses e dissertações também acaba por ser concentrar nas áreas de Cooperação, Gestão, Economia e Ciências Sociais ficando os estudos históricos com uma parcela menor de trabalhos¹² (ver GONÇALVES, 1999, p. 248-49).

Em relação aos “Centros de Estudos Africanos”, vamos encontrar também um número significativo de Instituições de Ensino Superior que formataram espaços sistematizados e estruturados destinados ao estudo ou ao estímulo às investigações de assuntos ligados ao continente africano. A Universidade de Lisboa possui o *Centro de Estudos Africanos Manuel Viegas Guerreiro*. O ISCTE, desde 1981, também conta com o funcionamento do *Centro de Estudos Africanos* (CEA), responsável pela publicação da revista *Cadernos de Estudos Africanos*. Já na Universidade do Porto, existe o *Centro de Estudos Africanos* (CEAUP), ao qual está vinculada a *Africana Studia: Revista Internacional de Estudos Africanos*. Também encontramos um *Centro de Estudos Africanos*, no Instituto de Antropologia da Universidade de Coimbra, que edita um periódico com o título *Publicações do Centro de Estudos Africanos*. Por fim, na Universidade Portucalense, também foi montado um *Centro de Estudos Africanos*, que possui a publicação denominada *Africana*.

Com uma formatação um pouco diferenciada, também foram localizadas outras experiências como a do *Centro de Estudos sobre a África e o Desenvolvimento* (CEsA), ligado ao Instituto Superior de Economia e Gestão, da Universidade Técnica de Lisboa; o *Centro de Estudos Africanos e Asiáticos* (não mais em funcionamento, hoje seus pesquisadores integram o Departamento de Ciências Humanas), do Instituto de Investigação Científica Tropical, que possuía a *Revista Internacional de*

¹² Não realizamos acerca desse ponto nenhum levantamento sistemático exaustivo. Mas a consulta realizada aos bancos de teses de instituições como a UL, a UNL, a UP e o ISCTE, nos permite formular tal conclusão. O trabalho de António Custódio Gonçalves, citado acima, elabora um panorama das teses defendidas no Mestrado em Estudos Africanos da Universidade do Porto. Os dados do ISCTE estão disponíveis no site do seu Centro de Estudos Africanos, ver http://cea.iscte.pt/prod_teses.php. Acesso em: 22 jun. 2007.

Estudos Africanos; e, por fim, um *Núcleo de Estudos sobre a África* (NESA), do Centro Interdisciplinar de História, Culturas e Sociedades (CIDEHUS), da Universidade de Évora, responsável pela edição do *Boletim Africanista*. Estruturou-se também a Rede Inter-Universitária de Estudos Africanos, a RIUEA, que apoiou algumas publicações e eventos, entre outras ações. Além das publicações periódicas relacionadas aos centros de pesquisa citados, a partir da Associação Acadêmica África Debate, editou-se uma revista intitulada *África-Debate*. Lembramos que alguns desses centros sofreram alterações desde a data de suas fundações, e alguns deles deixaram de funcionar.

Esse quadro composto pelos estudos pós-graduados e pelos centros de estudos envolvidos com as temáticas africanas revela que o interesse acerca do tema é um dado inquestionável no meio universitário português. Com um público de estudantes e pesquisadores heterogêneo – em relação à nacionalidade, inclusive com a grande frequência de africanos, e às áreas de formação –, esses espaços representam também um reflexo do tipo de olhar específico lançado de Portugal sobre os países africanos, ao mesmo tempo em que acenam para a necessidade de conceder ao continente alguma forma de tratamento mais sistematizado e melhor elaborado a partir de sua comunidade científica. Apesar disso, não conseguimos visualizar a integração desses cursos com as graduações de História presentes em algumas das instituições citadas. A única exceção, nesse caso, foi o da Universidade de Lisboa, onde se percebe uma positiva integração entre o Centro de Estudos Africanos, o *Programa de Estudos Pós Graduados em História de África* e a Licenciatura em Estudos Africanos. No entanto, também aí, a articulação com a Licenciatura em História não apresentou um panorama tão animador.

Considerações finais

Partindo da premissa de que a África continua alocada em um espaço “esquizofrênico” do imaginário português, no qual em certos momentos é lembrada com saudosismo, com o adocicar dos cuidados paternalistas, e, em outros, é encoberta pelo véu do inconcluso processo da “descolonização” imaginária e pela presença cotidiana de milhares de africanos nos espaços das cidades portuguesas, é eminente a necessidade de modificação na abordagem universitária da história africana.

Também submersas em substância parecida, as escolas e manuais escolares portugueses, apesar das iniciativas em contrário (que não são tão poucas assim), encontram sérias dificuldades, ou sofrem de uma falta de interesse congênito, quando a perspectiva é tratar a história da África e dos africanos, inclusive daqueles que frequentam seus bancos escolares. Nossas leituras acerca do espaço reservado aos estudos africanos no ensino superior português sinalizam para a continuidade de grande parte das cenas que compõem o imaginário português sobre o assunto. Exceções foram localizadas e identificamos os esforços de alguns atores e instituições em apontar para os problemas da abordagem renovada da

temática. No entanto, o “sabor” deixado pelo conjunto de nossas leituras marcou-nos com a impressão de que alguns ingredientes e temperos precisam ser rapidamente modificados. Novos tempos se apresentam a Portugal. Sua população de afrodescendentes cresce, e, se os fluxos de imigração legal ou ilegal se mantiverem relativamente estáveis nos próximos anos, repensar a África tornou-se muito mais que um exercício imaginário, devendo ser encarado com o pragmatismo dos contatos e relações cotidianas.

Referências bibliográficas

ALTO Comissariado para Imigração e Minorias Étnicas. *Estatísticas da Imigração*. Lisboa: ACIME, 2005.

BHABHA, Homi. *O local da cultura*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2003

GONÇALVES, António Custódio. “A investigação e a formação pós-graduada em estudos africanos em Portugal: o caso da Universidade do Porto”. *Africana Studia*, nº 1, 1999, p. 235-49.

GUSMÃO, Neusa Maria Mendes de. *Os filhos da África em Portugal: antropologia, multiculturalidade e educação*. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais, 2004.

HENRIQUES, Isabel Castro. “A história de África e a reconstrução da visão do Outro”. In: _____. *Os pilares da diferença: relações Portugal-África, séculos XV-XIX*. Lisboa: Caleidoscópio, 2004. p. 47-60.

LAGES, Mário *et al.* *Os imigrantes e a população portuguesa imagens recíprocas*. Lisboa: Alto Comissariado para Imigração e Minorias Étnicas (ACIME), 2006.

MACHADO, Fernando Luís; MATIAS, Ana Raquel; LEAL, Sofia. “Desigualdades sociais e diferenças culturais: os resultados escolares dos filhos de imigrantes africanos”. *Análise Social*, v. 11, nº 176, 2005, p. 695-714.

MARTINS, Manuel Gonçalves. “Migrações internacionais e aumento do racismo e da xenofobia na União Europeia”. *Africana*, nº 16, mar. 1996, p.75-90.

_____. “Imigrações, racismo e xenofobia em Portugal” (1974-2002). *Africana*, nº 25, 2002, p. 71-90.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. *Alunos Matriculados por Grupo Cultural/Nacionalidade (00/01 – 03/04)*. Lisboa: Ministério da Educação, Gabinete de Informação e Avaliação do Sistema Educativo, 2006.

OLIVA, Anderson Ribeiro. *Lições sobre a África: diálogos entre as representações dos africanos no imaginário ocidental e o ensino da história da África no Mundo Atlântico (1990-2005)*. Tese (Doutorado em História Social) – Programa de Pós-Graduação em História, Brasília, Universidade de Brasília, 2007.

_____. “De indígena a imigrante: o lugar da África e dos africanos no universo imaginário português dos séculos XIX ao XXI”. *SANKOFA. Revista de História da África e de Estudos da Diáspora Africana*, v. 3, 2009, p. 32-51.

PIRES, Rui Pena. “A imigração”. In: BETHENCOURT, Francisco; CHAUDHURI, Kirti (orgs.). *História da expansão portuguesa: Último Império e Recentramento*, v. 5. Lisboa: Círculo de Leitores, 1999. p. 197-211.

ROCHA-TRINDADE, Maria. “A realidade da imigração em Portugal”. *Actas do I Congresso sobre Imigração*. Lisboa: ACIME, 2003, p. 171-98.

TORGAL, Luís Reis. “Nós e os outros: Portugal e a Guiné-Bissau no ensino e na memória histórica”. In: NÓVOA, António *et al.* *Por uma história da educação colonial*. Lisboa: Educa; SPCE, 1996. p. 363-78.

Anexo I

Nome da Instituição de Ensino	Endereço eletrônico - site	Disciplinas sobre a História da África	Disciplinas sobre a História da Expansão Portuguesa
Licenciatura em Ensino da História – Universidade do Minho	http://www.hist.ics.uminho.pt		EP
Licenciatura em História – Universidade do Minho	http://www.hist.ics.uminho.pt		EP
Licenciatura em História – ISCTE	http://iscte.pt/plano_estudos.jsp?curso=10#DOID		HC HDEP CDEC
Licenciatura em História – Universidade do Porto	http://sigarra.up.pt/flup/planos_estudos_geral.formview?p_Pe=431		HDEP
Licenciatura em História – Universidade Nova de Lisboa	http://www.unl.pt/guia/2007/fcsh/historia.4010		HEP HPA
Licenciatura em História – Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias	http://www.grupolusofona.pt/portal/page?_pageid=135,514781&_dad=portal&_schema=PORTAL	A, A, APC	PD-AAA DAAA

Licenciatura em História – Universidade de Coimbra	http://www.fl.uc.pt/		HD / AA / HEP
Licenciatura em Ensino da História – Universidade dos Açores	http://sanet.uac.pt/netpa/DIFTasks		HDEP
Licenciatura em Ensino da História – Universidade de Évora	http://www.dhis.uevora.pt/		HDEP EDC ID
Licenciatura em Estudos Africanos – Universidade de Lisboa	http://www.fl.ul.pt/licenciaturas/ estudos_africanos/plano_estudos.htm	IHA / HA (XV) / HA (XV-XXI)/ ILA/LALP/ HRAP/ LOA/GA/ SA/LAI / DCA/LAII/ AA/LAIII/ RA	
Licenciatura em História – Universidade de Lisboa	http://www.fl.ul.pt/processo_bolonha/ historia.htm		HDEP I HDEP II
Licenciatura em História – Universidade Portucalense Infante D. Henrique			HDEP
Licenciatura em História – Universidade Aberta	http://www.univ-ab.pt/ensino/lh.php	HA / LAEP I e II / LA / LM / LCV / LGST HPLOP/	HDEP
Licenciatura em História – Universidade Autónoma de Lisboa Luís de Camões	http://www.universidade-autonoma.pt/ area.asp?a=Planos&id=13	HPLP	HEP I HEP II
Licenciatura em História – Universidade Lusíada	http://www.lis.ulusiada.pt/cursos/ graduacao/licenciaturas/		HDEP
Licenciatura em História – Universidade Católica Portuguesa	http://icm.crb.ucp.pt/site/custom/ template/ucptplfac.asp?SSPAGEID=948 &lang=1&artigo=571&artigoID=573		HEP

Legendas:

A, A, APC = Ásia, África e América Pré-Colonial
AA = Antropologia Africana
CDEC = Colonialismo e Descolonização na Época Contemporânea
DAAA = Descolonizações América, África e Ásia
DCA = Desenvolvimento e Cooperação em África
EDC = Expansão e Dinâmicas Coloniais
GA = Geografia Africana
HA (XV-XXI) = História de África do século XV à actualidade
HA = História de África
HA (XV) = História de África das Origens até o século XV
HC = História da Colonização
HD = História dos Descobrimentos
HDEP= História dos Descobrimentos e da Expansão Portuguesa
HEP = História da Expansão Portuguesa
HPA = História dos Portugueses em África
HPLOP = História dos Países de Língua Oficial Portuguesa
HPLP = História dos Países de Língua Portuguesa
HRAP = História das Relações Afro-Portuguesas
ID = Impérios e Descolonizações
IHA = Introdução à História de África
ILA = Introdução à Linguística Africana
LA = Literatura Angolana
LAI = Língua Africana I
LAII = Língua Africana II
LAIII = Língua Africana III
LAEP = Literaturas Africanas de Expressão Portuguesa
LALP = Literaturas Africanas de Língua Portuguesa
LCV = Literatura Cabo-Verdiana
LGST = Literatura Guineense e São-Tomense
LM = Literatura Moçambicana

Recebido em 17 de setembro de 2010

Aprovado em 13 de outubro de 2010